



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7348 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

**A EDUCAÇÃO BÁSICA NOS PLANOS DO MERCOSUL EDUCACIONAL: O ALINHAMENTO ÀS ORIENTAÇÕES DO PROJETO PRINCIPAL DE EDUCAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE**

Carlos Antonio Diniz Junior - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Janaina Specht da Silva Menezes - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

**A EDUCAÇÃO BÁSICA NOS PLANOS DO MERCOSUL EDUCACIONAL: O ALINHAMENTO ÀS ORIENTAÇÕES DO PROJETO PRINCIPAL DE EDUCAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE**

Este trabalho tem por objetivo analisar a(s) relação(ões) entre os Planos de Educação do Mercosul Educacional (ME) e os documentos editados a partir de reuniões do Comitê Intergovernamental do Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe (Promedlac), instituídos pelo Projeto Principal de Educação para a América Latina e o Caribe (PPE). Sob essa perspectiva, a partir de uma pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa documental (LÜDKE; ANDRÉ, 2013) que tomou por base as orientações do Promedlac (UNESCO, 1984, 1987, 1989, 1991, 1993, 1996, 2001) e dos Planos editados pelo Mercosul Educacional (1992, 1998, 2001, 2005, 2011 e 2016).

Instituído em 1980, sob a coordenação da Unesco, o PPE objetivou articular ações para o enfretamento da situação educacional na América Latina e no Caribe (UCZAC, 2014). Foi no âmbito do PPE que o comitê do Promedlac – constituído por ministros da educação dos países da região – realizou encontros, que resultaram na edição de recomendações para as políticas educacionais dos países envolvidos, tendo se configurado como espaço de confluência e pactuação dos principais eixos de ação da região (PAIVA e ARAÚJO, 2008; UCZAC, 2014). Extinto em 2001, em 2002 o PPE foi substituído pelo Projeto Regional de Educação para América Latina e o Caribe (PRELAC). Neste estudo, compreendemos que tais recomendações estiveram presentes nos planos editados pelo Mercosul Educacional, instituído no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

O Mercosul Educacional foi criado no âmbito do Mercosul – no contexto do regionalismo aberto –, objetivando se consolidar como espaço educacional comum, voltado para a coordenação e integração de políticas educacionais (MERCOSUL EDUCACIONAL,

1991). De 1992 a 2016, o Mercosul Educacional editou seis Planos de Ação, o último com vigência até 2020, sendo possível observar o seu alinhamento com as orientações do Promedlac (UNESCO, 1984, 1987, 1989, 1991, 1993, 1996, 2001), especialmente no que diz respeito às políticas de equidade, voltadas para populações vulneráveis. Nesse aspecto, a educação é compreendida como uma estratégia de coesão social e, para isso, as políticas de equidade – focalizadas na suavização da pobreza – contribuem para a consolidação da democracia liberal e para a promoção da estabilidade econômica (UCZAC, 2014; MOTA JÚNIOR; MAUÉS, 2014).

O destaque aos chamados processos participativos nos planos do Mercosul Educacional vai ao encontro do estabelecido nos documentos resultantes das reuniões do Promedlac, realizadas no Chile (1993), Jamaica (1996) e Bolívia (2001). Esses documentos recomendavam a necessidade de a educação passar a focar nos resultados, a partir do estabelecimento de processos participativos (UNESCO, 1993, 1996, 2001) voltados para o desenvolvimento de estratégias que garantissem condições adequadas para os estudantes. Tal discurso está alinhado ao novo gerencialismo da educação que, através da participação da sociedade, inclui a materialização dos interesses econômicos na escola, contribuindo para a redução do papel do Estado e a inserção da lógica da gestão gerencial no contexto escolar (HYPOLITO, 2011). Esse gerencialismo pode ser observado a partir da realização de provas em larga escala, do monitoramento e avaliação, bem como de outros indicadores que possam (re)orientar as políticas educacionais (HYPOLITO, 2008).

Outros alinhamentos são perceptíveis entre os documentos do Mercosul Educacional e do Promedlac, a citar, a necessidade do aumento da eficácia dos sistemas educativos e a utilização de mecanismos de avaliação dos resultados de políticas públicas. Tal direcionamento, além de estar presente nos documentos do Promedlac (UNESCO, 1984, 1987, 1989, 1991, 1993, 1996, 2001), foi reforçado pelo Prelac (UNESCO, 2002), tendo conquistado especial destaque nos planos do Mercosul Educacional elaborados nos anos de 2006, 2011 e 2016 (MERCOSUL EDUCACIONAL, 2006, 2011, 2016). Esse destaque nos mecanismos de avaliação contribuiu para a construção de consensos sobre a qualidade da educação, a qual passa a ser compreendida a partir do alcance de metas estabelecidas em consonâncias com orientações de organismos internacionais, de modo a evidenciar a necessidade de se imprimir, na esfera pública, a lógica da eficiência, da racionalidade e da produtividade, advogados pelo neoliberalismo (DOURADO, 2007).

Por fim – considerando que os textos são “[...] ao mesmo tempo, produto e produtores de orientações políticas no campo da educação [...]” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 433) –, compreendemos que os documentos do Promedlac contribuíram para a abordagem dada à educação básica nos planos do Mercosul Educacional e nas ações apresentadas nos referidos documentos, reforçando a compreensão de que organismos internacionais orientam e influenciam as políticas domésticas de cada país e, ainda, que tais orientações contribuem para a manutenção das desigualdades, uma vez que estão sustentadas no *modus operandi* da (e para a) manutenção do capitalismo (ESTEVES; SOUZA, 2020).

**Palavras-chave:** Promedlac. Mercosul Educacional. Educação Básica.

## REFERÊNCIAS

DOURADO, Luiz. Fernandes; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. A qualidade da educação: conceitos e definições. *Série Documental: Textos para Discussão*, Brasília, DF, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007.

- ESTEVES, T. de J.; SOUZA, J. dos S. O papel dos organismos internacionais na reforma gerencial da educação brasileira: os sistemas de avaliação educacional em larga escala como instrumentos da pedagogia política do capital. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 24, n. esp. 1, p. 678-692, ago. 2020
- HYPOLITO, A. M. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. *Educação: Teoria e Prática*, v. 21, n. 38, p. 59-78, out./dez, 2011.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2 ed. São Paulo: EPU, 2013.
- MERCOSUL EDUCACIONAL. *Plano de Ação do Setor Educacional do MERCOSUL 2001-2005*. 2001.
- MERCOSUL EDUCACIONAL. *Plano de Ação do Setor Educacional do MERCOSUL 2006-2010*. 2006.
- MERCOSUL EDUCACIONAL. *Plano de Ação do Setor Educacional do MERCOSUL 2011-2015*. 2011.
- MERCOSUL EDUCACIONAL. *Plano de Ação do Setor Educacional do MERCOSUL 2016-2020*. 2016.
- MERCOSUL. *Tratado de Assunção*. 1991.
- MOTA JUNIOR, William Pessoa da; MAUÉS, Olgaíses Cabral. O Banco Mundial e as políticas educacionais brasileiras. *Educação & Realidade*, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, 2014.
- PAIVA, Edil Vasconcellos; ARAUJO, Flávia M. B. A política de formação de professores da UNESCO no Projeto Principal de Educação para América Latina e Caribe. *Educação*, v. 31, n. 3, p. 217-222, 2008.
- SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005.
- UCZAK, Lucia Hugo. O preal e as e as políticas de avaliação educacional para a América Latina. 2014. *Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2014.
- UNESCO. *Declaración de Cochabamba*. Santiago: Promedelac, 1996.
- UNESCO. *Declaración de Guatemala*. Santiago: Promedelac, 1989.
- UNESCO. *Declaración de Quito*. Santiago: Promedelac, 1991.
- UNESCO. *Declaración de Santiago*. Santiago: Promedelac, 1993.
- UNESCO. *Plan de Acción*. Santiago: Promedelac, 1987.
- UNESCO. *Plan Regional de Acción*. Santiago: Promedelac, 1984.
- UNESCO. *Situación Educativa de América Latina y Caribe*. Santiago: Promedelac, 1988.
- UNESCO. *Modelo de Acompañamiento – apoio, monitoramento e avaliação*. Havana: Prelac, 2002.

